

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 2/2024

Exclusiva para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempresários Individuais

Torna-se público que a AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL- ADASA, por meio do seu Serviço de Contratações (SCO), realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

Data da sessão: **16/04/2024**

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Horário da Fase de Lances: 10:00h

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

0.1. Aquisição de materiais de expediente (materiais de escritório) pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA, conforme especificações e quantidades indicadas na tabela constante do **item 7 do Termo de Referência (Anexo I)**.

0.2. **ATENÇÃO:** Os itens indicados no COMPRAS.GOV, segundo o cadastro CAT/MAT, podem ter descrição diferente da descrição dos itens exigidos neste certame. Os participantes devem estar cientes que a especificação dos itens é a aquela que consta neste Aviso (especialmente no Anexo I - Termo de Referência) e que as especificações e descrições do item no COMPRAS.GOV é meramente indicativa, e não prevalece sobre a descrição/especificação do Aviso de Contratação Direta.

0.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

0.4. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

0.4.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de

Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

0.4.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](https://compras.gov.br).

0.4.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

0.5. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

0.6. que não estejam enquadrados como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempresários Individuais, nos termos da Lei Complementar 123/2006 e da Lei Distrital 4.611/2011.

0.6.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

0.6.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

0.6.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

0.6.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

0.6.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

0.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

0.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações

que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

0.9. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

0.10. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

0.11. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

0.12. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

0.13. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

0.14. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

0.15. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

0.16. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

0.17. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

0.18. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).

- que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

0.19. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

0.20. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

0.21. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

0.22. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

0.23. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso

4. FASE DE LANCES

0.24. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

0.25. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

0.26. O lance deverá ser ofertado **pelo valor de cada item**

0.27. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

0.28. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

0.29. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,01 ou 1,00, conforme informação de cada item no compras.net**.

0.30. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

0.31. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

0.32. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

0.33. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

0.34. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

0.35. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

0.36. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

0.37. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

0.38. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

0.39. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

0.40. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

0.41. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

0.42. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- conter vícios insanáveis;
- não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

0.43. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários

simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

- apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes

0.44. O valor global estimado para a contratação é de **R\$ 26.954,15 (vinte e seis mil novecentos e cinquenta e quatro reais e quinze centavos)**

0.45. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

0.46. será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

0.47. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

0.48. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

0.49. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

0.50. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

0.51. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

0.52. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

0.53. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

0.54. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

0.55. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances. São eles:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual.

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual, Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante.

d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

e) para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br (art. 173, da LODF).

f) Certificado de Regularidade perante a Seguridade Social e ao FGTS.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou positiva com efeito de negativa. (Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011)

HABILITAÇÃO TÉCNICA

a) **pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, expedido após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, que comprove que o participante já forneceu anteriormente materiais de expediente, em qualquer quantitativo e sem a necessidade de que os itens fornecidos sejam idênticos ao objeto da presente contratação.

0.56. O participante ainda deverá apresentar, junto com sua proposta de preços, as declarações anexas ao presente Aviso, devidamente assinadas:

ANEXO III- MODELO DE DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO DISTRITAL Nº 39.860/2019

ANEXO IV- DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL (CONFORME LEI DISTRITAL 4.770/2012)

0.57. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das

condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>).

0.58. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

0.59. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.

0.60. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

0.61. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

0.62. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

0.63. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

0.64. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

0.65. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

0.66. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 30 (trinta) minutos, sob pena de inabilitação. ([art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021](#)).

0.67. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

0.68. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

0.69. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

0.70. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

0.71. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

0.72. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

0.73. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

0.74. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

0.75. O instrumento de contrato será substituído por Nota de Empenho por se tratar de bens de pronta entrega, nos termos do art. 95 da Lei n.º 14.133/21 c/c o art. 233 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

0.76. A assinatura do contrato, o aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

- quando for o caso, que a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

0.77. No ato do pagamento será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato

8. SANÇÕES

0.78. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

0.79. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

0.80. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- Advertência, por dar causa à inexecução do objeto, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Multa de 10% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por dar causa à inexecução total ou parcial do objeto
- Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos listados no subitem 0.78 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de: (a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato; ou (b) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

0.81. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))

0.82. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).

0.83. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))

0.84. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).

0.85. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

0.86. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

0.87. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):

0.88. a natureza e a gravidade da infração cometida;

0.89. as peculiaridades do caso concreto;

0.90. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

0.91. os danos que dela provierem para o Contratante;

0.92. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

0.93. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

0.94. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))

0.95. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))

0.96. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

0.97. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

0.98. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- republicar o presente aviso com uma nova data;
- valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas quando a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação,

conforme o caso.

0.99. As providências de republicação do Aviso também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

0.100. O contratado deverá se atentar para:

a) a proibição do uso de mão de obra infantil nos contratos de aquisição de bens e serviços pelo Distrito Federal - Lei Distrital nº 5.448/2015

b) a proibição de conteúdo discriminatório contra a mulher nos contratos de aquisição de bens e serviços pelo Distrito Federal - Lei Distrital nº 5.448/2015

0.101. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

0.102. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

0.103. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

0.104. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

0.105. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

0.106. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

0.107. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

0.108. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

0.109. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

Brasília, 01 de abril de 2024.

Eduardo Botelho

Agente de Contratação

ANEXOS

ANEXO I -TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II- MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO (apenas para o vencedor da etapa de lances)

ANEXO III- MODELO DE DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO DISTRITAL Nº 39.860/2019

ANEXO IV- DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL (CONFORME LEI DISTRITAL 4.770/2012)



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO LOBATO BOTELHO - Matr.0185049-0, Agente de Contratação**, em 10/04/2024, às 14:27, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **137809146** código CRC= **AAE28718**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SAIN Estação Rodoferroviária de Brasília, S/N - Bairro Asa Norte - CEP 70631-900 - DF

Termo de Referência - ADASA/SAF/COAD

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para o fornecimento de materiais de expediente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA, conforme especificações e quantidades descritas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição de materiais de expediente é imprescindível à manutenção das competências institucionais e munir as diversas áreas com suprimentos necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

2.2. As quantidades de itens foram requisitadas levando em consideração que o último processo de aquisição de material de expediente, qual seja, 00197-00002591/2021-23, foi realizado em outubro de 2021, e que o quadro de pessoal da ADASA aumentou desde então, elevando a demanda pelos objetos qualitativa e quantitativamente.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A presente contratação obedecerá ao disposto no inciso II, artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.

4. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. A contratação deverá ser feita preferencialmente com microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, com fulcro no art. 234, do Decreto 44.330/2023

5. DO PRAZO E LOCAL ENTREGA

5.1. O prazo de entrega dos materiais será de até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho pela licitante vencedora.

5.2. Se o dia de entrega coincidir com data em que a ADASA não tenha atendimento ao público, aquele será automaticamente prorrogado até o primeiro dia útil subsequente.

5.3. Os materiais deverão ser entregues na sede da ADASA localizada no endereço - SAIN Estação Rodoferroviária de Brasília, s/n - Ala Norte - Cep: 70.631-900 em dias úteis de 8:00 a 12:00 ou

6. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO

- 6.1. Em conformidade com o artigo 140 da lei nº. 14.133/21, mediante termo, o objeto deste Termo de Referência, será recebido:
- 6.1.1. **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade dos materiais com as especificações solicitadas;
- 6.1.2. **Definitivamente**, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação.
- 6.2. Os materiais deverão estar lacrados, de forma a proteger o conteúdo da ação de luz, poeira e umidade. Os produtos cujas embalagens apresentarem violação de qualquer espécie deverão ser substituídos pela licitante vencedora.
- 6.3. Os materiais que forem entregues em desacordo com o especificado neste Termo de Referência ou na proposta da licitante vencedora serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, podendo ser aplicadas sanções previstas neste termo.
- 6.4. A empresa vencedora deve efetuar a troca dos materiais que não atenderem as especificações deste Termo de Referência no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação da contratante.

7. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS MATERIAIS E PRODUTOS

7.1. Quadro descritivo:

DESCRIÇÃO	UN	Qtd	Valor de Referência (por item)	
			Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
APONTADOR PARA LÁPIS, MATERIAL METAL, TIPO ESCOLAR, NA COR PRATEADO, TAMANHO PEQUENO, QUANTIDADE FUROS 1, SEM DEPÓSITO.	UN	20	1,81	36,20
APONTADOR PARA LÁPIS TIPO ESCOLAR, MATERIAL PLÁSTICO, DIMENSÕES 10,5 X 10 X 6,5 CM, QUANTIDADE DE FUROS 1, COM DEPÓSITO	UN	10	1,91	19,10
BLOCO DE RECADO, DE PAPEL TIPO POST IT, MEDINDO 76 X 76 MM	UN	200	4,63	926,00
BORRACHA EM PLASTICOVINIL, LIVRE DE PVC, BRANCA, MEDINDO 35X22X12 MM, COM CAPA PLÁSTICA PROTETORA	UN	120	1,60	192,00
CANETA ESFEROGRÁFICA, TAMPA VENTILADA CORPO SEXTAVADO PONTA EM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, ESCRITA MÉDIA, NA COR AZUL.	UN	500	0,79	395,00
CANETA ESFEROGRÁFICA, TAMPA VENTILADA CORPO SEXTAVADO PONTA EM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, ESCRITA MÉDIA, NA COR PRETA.	UN	200	0,80	160,00
CANETA ESFEROGRÁFICA, TAMPA VENTILADA CORPO SEXTAVADO PONTA EM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, ESCRITA MÉDIA, NA COR VERMELHA.	UN	100	0,78	78,00
CANETA MARCA TEXTO NA COR AMARELA	UN	300	1,45	435,00
CANETA MARCA TEXTO NA COR ROSA	UN	150	1,60	240,00
CANETA MARCA TEXTO NA COR AZUL	UN	150	1,45	217,50
CANETA MARCA TEXTO NA COR VERDE	UN	150	1,59	238,50
CAPA PARA ENCADERNAÇÃO A4, FRENTE, TRANSPARENTE	UN	300	0,50	150,00
CAPA PARA ENCADERNAÇÃO A4, FUNDO, PRETA	UN	300	0,44	132,00
COLA COMPOSIÇÃO POLIVINIL ACETATO, TIPO BASTÃO, COR BRANCA,	UN	30	3,58	107,40

APLICAÇÃO PAPEL, ATÓXICA E SECAGEM RÁPIDA, FRASCO COM 40 GRAMAS	UN	35	3,16	110,60
COLA COR BRANCA COMPOSIÇÃO POLIVINIL ACETATO - PVA, APLICAÇÃO EM PAPEL, INSTANTÂNEA, TIPO LÍQUIDA COM BICO APLICADOR E ATÓXICA, EM FRASCO COM 90GR.	UN	35	3,16	110,60
ESTILETE, TIPO PEQUENO, ESPESSURA 18 MM, MATERIAL CORPO PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LÂMINA AÇO C/ TRATAMENTO SUPERFICIAL GALVANIZADO, TIPO FIXAÇÃO LÂMINA ENCAIXE POR PRESSÃO.	UN	10	2,31	23,10
ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, MATERIAL PLÁSTICO, DIÂMETRO 12 MM, COMPRIMENTO 330 MM, NÚMERO ANÉIS 56, COR PRETA	UN	300	0,26	78,00
FITA ADESIVA DE PAPEL CREPE, MEDINDO 19MM X 50M	UN	20	5,78	115,60
FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE, TIPO MONOFACE, LARGURA 25MM, COMPRIMENTO 50M, COR BRANCA, MULTIUSO	UN	30	6,27	188,10
FITA ADESIVA EM POLIPROPILENO, COMPRIMENTO 50M, LARGURA 50 MM, APLICAÇÃO EMPACOTAMENTO GERAL E REFORÇO DE PACOTES, COR TRANSPARENTE.	UN	100	8,25	825,00
FITA ADESIVA , MATERIAL CELOFANE TRANSPARENTE, TIPO MONOFACE, LARGURA 12MM, COMPRIMENTO 30M, COR INCOLOR, APLICAÇÃO MULTIUSO.	UN	50	1,85	92,50
FITA ADESIVA DE DEMARCAÇÃO DE SOLO - MATERIAL PVC E ADESIVO ACRÍLICO - TAMANHO 48MM - 30M - COR VERMELHA	UN	18	46,40	835,20
FITA ADESIVA DE DEMARCAÇÃO DE SOLO - MATERIAL PVC E ADESIVO ACRÍLICO - TAMANHO 48MM - 30M - COR AMARELA	UN	20	46,40	928,00
GIZ DE CERA - DIVERSAS CORES - PACOTE COM 12 UNIDADES - DIMENSÕES - 15 x 10 x 2 cm; 100 g	PCT	20	9,48	189,60
LÂMINA EM AÇO SEGMENTADA, TRAPEZOIDAL, LARGURA 18MM, COMPRIMENTO 108,0 MM, KIT COM 10 UNIDADES	KIT	5	3,23	16,15
LÂMINA EM AÇO SEGMENTADA, TRAPEZOIDAL, LARGURA 25,0 MM, COMPRIMENTO 140,0 MM, KIT COM 10 UNIDADES	KIT	5	29,92	149,60
LAPISEIRA PARA DESENHO, PONTA E MECANISMO METÁLICO, ACOMPANHADA DE BORRACHA, PRESILHA, N.º0,7	UN	100	4,98	498,00
LÁPIS DE COR, CORES DIVERSAS, PACOTE COM 24 UNIDADES, EM MADEIRA	PCT	10	16,17	161,70
LÁPIS PRETO, MATERIAL CORPO MADEIRA, DIÂMETRO CARGA 2 MM, DUREZA CARGA 2B, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM BORRACHA PARA APAGAR, MATERIAL CARGA GRAFITE.	UN	400	0,84	336,00
MARCADOR DE PÁGINA BANDERITAS ADESIVO, DIMENSÕES 12MM X 44MM 5 CORES - 100 FOLHAS	PCT	50	4,35	217,50
MINA GRAFITE, MATERIAL GRAFITA, DIÂMETRO 0,70MM, COMPRIMENTO 60MM, DUREZA 2B, APRESENTAÇÃO EM CAIXA COM 12 UNIDADES.	CAIXA	100	1,85	185,00
MINA GRAFITE, MATERIAL GRAFITA, DIÂMETRO 0,50MM, COMPRIMENTO 60MM, DUREZA 2B, APRESENTAÇÃO EM CAIXA COM 12 UNIDADES.	CAIXA	50	1,70	85,00
PAPEL A4, MEDINDO 210 X 297MM, GRAMATURA DE 75 G/M², MATERIAL SULFITE, COR BRANCA, RESMA COM 500 FOLHAS	RESMA	50	27,70	1.385,00
PAPEL A4, MEDINDO 210 X 297MM, GRAMATURA DE 75 G/M², MATERIAL SULFITE, 100% RECICLADO, COR PALHA, RESMA COM 500 FOLHAS	RESMA	500	33,00	16.500,00
PAPEL ADESIVO, TIPO CONTACT, ROLO COM 0,45 X 10M	ROLO	4	45,50	182,00
PASTA SANFONADA TRANSPARENTE COM ELÁSTICO, MEDINDO 325X230MM, PARA FOLHA A4, COM 12 DIVISÓRIAS	UN	10	20,53	205,30
PASTA EM POLIPROPILENO AZUL - COMPRIMENTO X LARGURA : 33,5 CM X 24,5CM - LOMBADA DE 55MM	UN	20	6,61	132,20
PILHA, TAMANHO PEQUENA, TIPO ALCALINA, MODELO AAA, TENSÃO 1,5V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL NÃO RECARREGÁVEL	UN	100	2,28	228,00
PILHA, TAMANHO PEQUENA, TIPO ALCALINA, MODELO AA, TENSÃO 1,5V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL NÃO RECARREGÁVEL	UN	200	2,67	534,00
PRANCHETA ESCOLAR EM ACRÍLICO, COR FUMÊ, TAMANHO A4/OFÍCIO, COM PREGADOR METÁLICO	UN	30	18,95	568,50

RÉGUA DE PLÁSTICO, TRANSPARENTE, 3MM DE ESPESSURA, MILIMETRADA, MEDINDO 30 CM	UN	30	3,00	90,00
RÉGUA DE PLÁSTICO, TRANSPARENTE, 3MM DE ESPESSURA, MILIMETRADA, MEDINDO 50 CM	UN	10	4,23	42,30
TESOURA ESCOLAR SEM PONTA, CORPO EM POLIPROPILENO, PONTA EM AÇO INOXIDÁVEL	UN	16	3,44	55,04
TESOURA PARA CORTAR PAPEL, EM AÇO INOXIDÁVEL, PONTA ARREDONDADA TAMANHO 08	UN	30	9,36	280,80
				28.564,49

8. DO PRAZO DE VALIDADE DOS PRODUTOS

8.1. Para produtos que tenham prazo de validade definido pelo fabricante, estes deverão ser entregues com no mínimo 11 (onze) meses da validade indicada.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Em busca de obter melhor aproveitamento do mercado e tornar o processo de contratação mais atraente aos potenciais interessados, optou-se por adquirir o objeto em lote único.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA ADASA

10.1. Permitir acesso dos empregados da licitante vencedora ao local de entrega dos materiais, desde que devidamente identificados.

10.2. Receber os materiais, por intermédio do fiscal designado pela ADASA para o recebimento provisório dos materiais, conferência e verificação da quantidade e qualidade conforme descrito no item 7.

10.3. Exigir o cumprimento de todos os itens das especificações dos materiais.

10.4. Solicitar a troca dos materiais que não atenderem às especificações do objeto.

10.5. Efetuar o pagamento devido nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.6. Prestar as informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela licitante vencedora.

10.7. Comunicar formal, circunstanciada e tempestivamente à licitante vencedora qualquer anormalidade havida durante a execução do fornecimento.

10.8. Proceder à consulta, antes de efetuar qualquer pagamento à licitante vencedora e exigir a apresentação dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e seguridade social.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Assumir todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega dos materiais.

11.2. Efetuar a entrega dos materiais de acordo com as especificações e demais condições estipuladas neste Termo de Referência.

11.3. Efetuar, às suas expensas, a troca dos materiais que não atenderem às especificações do objeto ou que apresentarem defeitos de fabricação.

11.4. Responder pelos danos causados diretamente à ADASA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega dos materiais, ou ainda pelo atraso ou não entrega dentro do prazo estipulado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela ADASA.

11.5. Responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da ADASA, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega do objeto deste Termo de Referência.

11.6. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados ou terceiros, quando da execução do objeto contratado.

11.7. Responsabilizar-se, também, pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto contratado.

12. SUBSTITUIÇÃO DO CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO

12.1. O contrato será substituído por nota de empenho, por se tratar de bens de pronta entrega, nos termos do art. 95 da Lei n.º 14.133/21 c/c o art. 233 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Durante o período de fornecimento, a entrega do objeto será fiscalizada por Fiscal designado pela ADASA, ficando a licitante vencedora obrigada a prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

13.2. À fiscalização caberá:

13.2.1. Examinar todos os materiais recebidos e decidir sobre a aceitação ou rejeição;

13.2.2. Exigir o cumprimento de todos os itens da especificação do objeto e da proposta da licitante vencedora.

13.3. A ADASA se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os materiais em desacordo com este Termo de Referência e com a proposta da contratante vencedora.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do Contrato, bem como do instrumento convocatório, sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas na [Lei nº 14.133](#), de 2021, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

15. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E VALOR

15.1. O critério de julgamento para declaração do vencedor do certame irá considerar o **MENOR VALOR POR ITEM, respeitados os valores máximos unitários referenciais de cada item, conforme tópico 7.**

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias após a Nota Fiscal/Fatura ser conferida, aceita e atestada por servidor responsável e ter sido verificada a regularidade fiscal do fornecedor, mediante consulta online para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das

contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais e federais, conforme cada caso;

16.2. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o Fiscal devolverá a Nota Fiscal à ofertante vencedora, ficando pendente o pagamento até a solução das pendências. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a ADASA.

16.3. A ADASA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, de acordo com os termos deste Termo de Referência.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. A despesa decorrente da contratação correrá à conta de recursos específicos consignados na seguinte Dotação Orçamentária, para o presente exercício:

17.1.1. Unidade Orçamentária: 21.206

17.1.2. Programa de Trabalho: 04.122.8210.8517.9649

17.1.3. Natureza da Despesa: 3.3.90.30

17.1.4. Fonte de Recursos: 250/251

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. O foro para dirimir questões relativas ao Termo de Referência e à Nota de Empenho será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.2. Os casos omissos decorrentes da aplicação deste instrumento serão dirimidos pela CONTRATANTE, com fundamento na legislação aplicável à espécie, em especial, pelas Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Distrital nº 44.330/2023.

18.3. Na contagem dos prazos será excluído o dia de começo e incluído o dia do final, prorrogando-os automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, quando recair em data em que não haja expediente nas repartições públicas.

ANDRÉ XAVIER E SILVA CHAVES

Técnico de Regulação de Serviços Públicos



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ XAVIER E SILVA CHAVES - Matr.0284137-1, Técnico(a) de Regulação de Serviços Públicos**, em 10/04/2024, às 14:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **138060198** código CRC= **6FA4A802**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor Ferroviário - Parque Ferroviário de Brasília - Estação Rodoferroviária - Sobreloja - Ala Norte - Bairro SAIN

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à
Corrupção, no telefone 0800-6449060

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Nome da empresa:

CNPJ

Responsável:

Telefone de contato:

E-mail de contato:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	Valor de Referência	
				Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	APONTADOR PARA LÁPIS, MATERIAL METAL, TIPO ESCOLAR, NA COR PRATEADO, TAMANHO PEQUENO, QUANTIDADE FUROS 1, SEM DEPÓSITO.	UN	20		
2	APONTADOR PARA LÁPIS TIPO ESCOLAR, MATERIAL PLÁSTICO, DIMENSÕES 10,5 X 10 X 6,5 CM, QUANTIDADE DE FUROS 1, COM DEPÓSITO	UN	10		
3	BLOCO DE RECADO, DE PAPEL TIPO POST IT, MEDINDO 76 X 76 MM	UN	200		
4	BORRACHA EM PLASTICOVINIL, LIVRE DE PVC, BRANCA, MEDINDO 35X22X12 MM, COM CAPA PLÁSTICA PROTETORA	UN	120		
	CANETA ESFEROGRÁFICA, TAMPA VENTILADA CORPO				

5	SEXTAVADO PONTA EM ESFERA DE TUGSTÊNIO, ESCRITA MÉDIA, NA COR AZUL.	UN	500		
6	CANETA ESFEROGRÁFICA, TAMPA VENTILADA CORPO SEXTAVADO PONTA EM ESFERA DE TUGSTÊNIO, ESCRITA MÉDIA, NA COR PRETA.	UN	200		
7	CANETA ESFEROGRÁFICA, TAMPA VENTILADA CORPO SEXTAVADO PONTA EM ESFERA DE TUGSTÊNIO, ESCRITA MÉDIA, NA COR VERMELHA.	UN	100		
8	CANETA MARCA TEXTO NA COR AMARELA	UN	300		
9	CANETA MARCA TEXTO NA COR ROSA	UN	150		
10	CANETA MARCA TEXTO NA COR AZUL	UN	150		
11	CANETA MARCA TEXTO NA COR VERDE	UN	150		
12	CAPA PARA ENCARDENAÇÃO A4, FRENTE, TRANSPARENTE	UN	300		
13	CAPA PARA ENCARDENAÇÃO A4, FUNDO, PRETA	UN	300		
14	COLA COMPOSIÇÃO POLIVINIL ACETATO, TIPO BASTÃO, COR BRANCA, APLICAÇÃO PAPEL, ATÓXICA E SECAGEM RÁPIDA, FRASCO COM 40 GRAMAS	UN	30		
15	COLA COR BRANCA COMPOSIÇÃO POLIVINIL ACETATO - PVA, APLICAÇÃO EM PAPEL, INSTANTÂNEA, TIPO LÍQUIDA COM BICO APLICADOR E ATÓXICA, EM FRASCO COM 90GR.	UN	35		
16	ESTILETE, TIPO PEQUENO, ESPESSURA 18 MM, MATERIAL CORPO PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LÂMINA AÇO C/ TRATAMENTO SUPERFICIAL GALVANIZADO, TIPO FIXAÇÃO LÂMINA ENCAIXE POR PRESSÃO.	UN	10		
17	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, MATERIAL PLÁSTICO, DIÂMETRO 12 MM, COMPRIMENTO 330 MM, NÚMERO ANÉIS 56, COR PRETA	UN	300		
18	FITA ADESIVA DE PAPEL CREPE, MEDINDO 19MM X 50M	UN	20		

19	FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE, TIPO MONOFACE, LARGURA 25MM, COMPRIMENTO 50M, COR BRANCA, MULTIUSO	UN	20		
20	FITA ADESIVA EM POLIPROPILENO, COMPRIMENTO 50M, LARGURA 50 MM, APLICAÇÃO EMPACOTAMENTO GERAL E REFORÇO DE PACOTES, COR TRANSPARENTE.	UN	100		
21	FITA ADESIVA , MATERIAL CELOFONE TRANSPARENTE, TIPO MONOFASE, LARGURA 12MM, COMPRIMENTO 30M, COR INCOLOR, APLICAÇÃO MULTIUSO.	UN	50		
22	FITA ADESIVA DE DEMARCAÇÃO DE SOLO - MATERIAL PVC E ADESIVO ACRÍLICO - TAMANHO 48MM - 30M - COR VERMELHA	UN	18		
23	FITA ADESIVA DE DEMARCAÇÃO DE SOLO - MATERIAL PVC E ADESIVO ACRÍLICO - TAMANHO 48MM - 30M - COR AMARELA	UN	20		
24	GIZ DE CERA - DIVERSAS CORES - PACOTE COM 12 UNIDADES - DIMENSÕES - 15 x 10 x 2 cm; 100 g	PCT	20		
25	LÂMINA EM AÇO SEGMENTADA, TRAPEZOIDAL, LARGURA 18MM, COMPRIMENTO 108,0 MM, KIT COM 10 UNIDADES	KIT	5		
26	LÂMINA EM AÇO SEGMENTADA, TRAPEZOIDAL, LARGURA 25,0 MM, COMPRIMENTO 140,0 MM, KIT COM 10 UNIDADES	KIT	5		
27	LAPISEIRA PARA DESENHO, PONTA E MECANISMO METÁLICO, ACOMPANHADA DE BORRACHA, PRESILHA, N.º0,7	UN	100		
28	LÁPIS DE COR, CORES DIVERSAS, PACOTE COM 24 UNIDADES, EM MADEIRA	PCT	10		
29	LÁPIS PRETO, MATERIAL CORPO MADEIRA, DIÂMETRO CARGA 2 MM, DUREZA CARGA 2B, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM BORRACHA PARA APAGAR, MATERIAL CARGA GRAFITE.	UN	400		
30	MARCADOR DE PAGINA BANDERITAS ADESIVO, DIMENSÕES 12MM X 44MM 5 CORES - 100 FOLHAS	PCT	50		

31	MINA GRAFITE, MATERIAL GRAFITA, DIÂMETRO 0,70MM, COMPRIMENTO 60MM, DUREZA 2B, APRESENTAÇÃO EM CAIXA COM 12 UNIDADES.	CAIXA	100		
32	MINA GRAFITE, MATERIAL GRAFITA, DIÂMETRO 0,50MM, COMPRIMENTO 60MM, DUREZA 2B, APRESENTAÇÃO EM CAIXA COM 12 UNIDADES.	CAIXA	50		
33	PAPEL A4, MEDINDO 210 X 297MM, GRAMATURA DE 75 G/M², MATERIAL SULFITE, COR BRANCA, RESMA COM 500 FOLHAS	RESMA	500		
34	PAPEL A4, MEDINDO 210 X 297MM, GRAMATURA DE 75 G/M², MATERIAL SULFITE, 100% RECICLADO, COR PALHA, RESMA COM 500 FOLHAS	RESMA	500		
35	PAPEL ADESIVO, TIPO CONTACT, ROLO COM 0,45 X 10M	ROLO	4		
36	PASTA SANFONADA TRANSPARENTE COM ELÁSTICO, MEDINDO 325X230MM, PARA FOLHA A4, COM 12 DIVISÓRIAS	UN	10		
37	PASTA EM POLIPROPILENO AZUL - COMPRIMENTO X LARGURA : 33,5 CM X 24,5CM - LOMBADA DE 55MM	UN	20		
38	PILHA, TAMANHO PEQUENA, TIPO ALCALINA, MODELO AAA, TENSÃO 1,5V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL NÃO RECARREGÁVEL	UN	100		
39	PILHA, TAMANHO PEQUENA, TIPO ALCALINA, MODELO AA, TENSÃO 1,5V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL NÃO RECARREGÁVEL	UN	200		
40	PRANCHETA ESCOLAR EM ACRÍLICO, COR FUMÊ, TAMANHO A4/OFÍCIO, COM PREGADOR METÁLICO	UN	30		
41	RÉGUA DE PLÁSTICO, TRANSPARENTE, 3MM DE ESPESSURA, MILIMETRADA, MEDINDO 30 CM	UN	30		
42	RÉGUA DE PLÁSTICO, TRANSPARENTE, 3MM DE ESPESSURA, MILIMETRADA, MEDINDO 50 CM	UN	10		
43	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA, CORPO EM POLIOPROPILENO, PONTA EM AÇO INOXIDÁVEL	UN	16		

44	TESOURA PARA CORTAR PAPEL, EM AÇO INOXIDÁVEL, PONTA ARREDONDADA TAMANHO 08	UN	30		
TOTAL					R\$

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA (Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO III - DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO DISTRITAL Nº 39.860/2019

LICITANTE: _____

CNPJ: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL: _____

REPRESENTANTE LEGAL: _____

CPF DO REPRESENTANTE LEGAL: _____

A pessoa física ou jurídica acima identificada, por intermédio de seu representante legal, declara que não incorre nas vedações do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA (Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL (CONFORME LEI DISTRITAL 4.770/2012)

Eu _____, CPF n.º _____, como representante devidamente constituído da empresa _____, CNPJ n.º _____, doravante denominado Licitante, para fins do disposto no presente certame, em atendimento a Lei Distrital nº 4.770/2012, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: a) A proponente está ciente de sua responsabilidade ambiental e se compromete em adotar práticas ecologicamente corretas realizando as seguintes ações: i) Descartar o material utilizado (lâmpadas, cartuchos, recipientes de tintas, caixas de papelão), fazendo a separação dos resíduos recicláveis, tendo o cuidado necessário com acondicionamento dos materiais tóxicos: lâmpadas à base de vapor de mercúrio, sódio ou similar; cartuchos e recipientes de tintas e outros, de modo a evitar a evaporação de produtos tóxicos no meio ambiente. ii) Destinações dos materiais recicláveis às cooperativas e associações dos catadores incentivando a prática da reciclagem e a proteção do meio ambiente. iii) Utilizar papéis originários de áreas de reflorestamento para reprodução de documentos sendo que para os fins a que se destina esta licitação, somente será utilizado papel reciclado na forma do exigido no Edital de Licitação. b) A empresa reconhece sua responsabilidade com o meio ambiente, adotando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os impactos resultantes desta atividade, mantendo-se disponível à fiscalização pelos Órgãos responsáveis, e que já iniciou (ou está em fase de implantação) as seguintes medidas: _____ (DEVERÁ INFORMAR QUAIS AS MEDIDAS JÁ IMPLANTADAS) tendo como meta em um prazo de _____ atingir o nível mínimo para reconhecimento pelos Organismos Ambientais de Empresa Sustentável. c) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA (Nome, cargo e carimbo da empresa)



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO LOBATO BOTELHO - Matr.0185049-0**, **Agente de Contratação**, em 08/04/2024, às 14:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **137811035** código CRC= **BE898664**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SAIN Estação Rodoviária de Brasília, S/N - Bairro Asa Norte - CEP 70631-900 - DF